



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 128-148
www.emtese.ufsc.br

A metodologia e a epistemologia na sociologia de Durkheim e de Max Weber

Fábio Luiz Búrigo¹
José Carlos da Silva²

1. Apresentação

Émile Durkheim está entre os principais precursores da sociologia. Suas idéias são de grande valia para a compreensão da realidade do mundo social. Durkheim foi quem mais se destacou por ter oferecido à sociologia um método de investigação apropriado e inequívoco. A sociologia durkheimiana tornou-se, assim, uma disciplina autônoma, caracterizada por seu forte rigor científico e metodológico.

A mesma preocupação, de criar uma ciência autônoma com base empírica do real, foi perseguida por Max Weber ao longo de sua vida intelectual. A obra de Weber é marcada pela análise teórica e empírica dos fatos econômicos, históricos e culturais, bem como pelo seu compromisso em "fazer ciência", sem cair em pressupostos valorativos ou em "concepções de mundo". Em alguns casos, a opção pelo ecletismo e a sua visão particular sobre o papel da ciência significou entrar em choque frontal contra teses acadêmicas prevalentes em sua época. Além de ter elaborado trabalhos em diversas áreas do conhecimento suas idéias a respeito da epistemologia e do papel da metodologia foram fundamentais para o desenvolvimento das ciências sociais. Seus escritos geraram uma vertente metodológica (interpretativismo) e inspiraram várias correntes do pensamento sociológico do século XX.

¹ **Fábio Luiz Búrigo** é Engenheiro Agrônomo. Mestre em Agroecossistemas (CCA/UFSC) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - PPGSP (UFSC). Atualmente é bolsista do CNPq. Correio eletrônico: burigo@mbox1.ufsc.br. Endereço: Rua Lauro Linhares, 1921 B/ 103. CEP 88036-002. Florianópolis-SC. Fone 48 2342267.

² **José Carlos da Silva** é bacharel e licenciado em Ciências Sociais (UFSC) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política - PPGSP (UFSC). Correio eletrônico: jcsilvaufsc@ig.com.br. Endereço: Rua Milton Sullivan 91, Carvoeira, CEP 88040 620 Florianópolis-SC. Fone 48 2346547.

O esforço maior deste trabalho é discutir algumas das contribuições metodológicas e epistemológicas dos referidos autores, a partir das seguintes indagações: a) Quais as principais contribuições metodológicas e epistemológicas, que Durkheim e Weber trouxeram à construção da sociologia?; b) Existem pontos de convergência entre a sociologia positivista de Durkheim e a sociologia interpretativa de Weber? e; c) É possível alcançar a neutralidade científica nas ciências sociais?

2. A busca do método

Na emergente sociedade capitalista industrial do século XIX, as crises econômicas, o conflito entre a burguesia e o proletariado, a exclusão da terra dos camponeses, o surgimento de problemas urbanos e ambientais devido ao rápido crescimento populacional, a Comuna de Paris, entre outros acontecimentos, refletiram diretamente nas vidas e nas obras de Durkheim e de Weber. Durkheim defendia em seus trabalhos que estes problemas não eram de natureza econômica, mas sim da *fragilidade moral* na conduta adequada dos indivíduos. Desta maneira, o sociólogo francês demonstrava estar preocupado em desenvolver uma ciência que ajudasse a encontrar as respostas para as patologias sociais. Uma ciência social que pudesse encontrar, através de investigações empíricas, novas idéias morais que tivesse a capacidade de guiar a conduta dos indivíduos. Durkheim acreditava que o sociólogo tinha as mesmas funções de um médico, isto é, diagnosticar as causas dos problemas e encontrar os remédios para as doenças sociais. Aliás, ele deixou transparecer esta semelhança entre sociólogo e o médico já em sua primeira obra importante, *A Divisão do Trabalho*³.

Dentro da tradição positivista durkheimiana, a sociedade poderia ser compreendida da mesma forma que os fenômenos da natureza. Ele acreditava que os fatos sociais poderiam ser estudados através dos mesmos métodos científicos empregados nas ciências naturais. Em outras palavras, assim como os fenômenos físicos podiam ser explicados pelas "leis" naturais, seria plenamente possível se estabelecer "leis" que explicassem os fenômenos sociais e, conseqüentemente, encontrar remédios às patologias da sociedade.

Max Weber, por outro lado, ao conceber a realidade empírica como infinita não acreditava que o conhecimento e os fundamentos das ciências sociais e históricas

³ De acordo com Giddens, Durkheim afirma neste trabalho que as idéias advindas do individualismo não são fruto de um estado patológico da sociedade industrial emergente, mas fruto de um estado normal e

deveriam buscar "leis" universais (método nomotético). Para o autor, a ciência social era uma ciência da realidade, ou como ele mesmo afirmava: "...a ciência que tem como meta a compreensão interpretativa da ação social de maneira a obter uma explicação de suas causas, de seu curso e dos seus efeitos" (WEBER, 1987:9).

Na ótica weberiana a "ação" é definida com a conduta humana em que os sujeitos dão um "sentido subjetivo". Já a *ação social*, se manifesta no momento que uma ação recebe um sentido, atribuído pelo(s) sujeito(s), em relação a conduta dos outros, sendo que a compreensão sociológica dessa ação "resulta de um esforço sistemático e rigoroso para melhor compreender a realidade social", ou seja, do sentido da conduta desenvolvida pelo protagonista da ação (FERREIRA, 1995:99)⁴. O sociólogo alemão estava preocupado em entender as "peculiaridades da realidade da vida", ou seja, a vida sócio-cultural.

Diferentemente de Durkheim, Weber não se apoiava nas ciências naturais para construir seus métodos de análise e nem acreditava ser possível encontrar "leis" gerais que explicassem a totalidade do mundo social⁵. Ele não estava, portanto, interessado em descobrir regras universais para fenômenos sociais, mas as suas especificidades. "A ciência social que pretendemos exercitar é uma ciência da realidade. Procuramos entender na realidade que está ao nosso redor, e na qual encontramos situados àquilo que ela tem de específico" (WEBER,1991: 29).

Assim sendo, enquanto pesquisador do empírico, Weber se contrapunha às totalidades, dedicando-se ao estudo do conhecimento particular, do específico. Mas, ao rejeitar as pesquisas que se resumiam a uma mera descrição dos fatos, ele caminhava em busca de leis causais, que fossem suscetíveis de entendimento a partir da racionalidade científica. A ciência weberiana, diz, é a busca do desconhecido, é conhecer o que pode ser provado. Ele via que os "problemas" culturais são gerados de forma ininterrupta. Conseqüentemente, novas formas de compreendê-los surgem a cada momento. Esse

saudável de mudança social, em que são criadas novas formas de solidariedade social (GIDDENS,1978:4).

⁴Para facilitar essa compreensão, Weber dividia os tipos de ação de quatro formas, a saber: a primeira pode ser em relação a fins racionais; a segunda é determinada pela crença; a terceira está vinculada as características emocionais do indivíduo e; a quarta, é aquela determinada tradicionalmente, que pode tornar-se costume dada à sua tradição (WEBER, 1987: 41).

⁵ Cabe frisar, todavia, que Weber não estabelecia um fosso intransponível entre os métodos das ciências naturais e das ciências humanas, como pretendiam os neokantianos. Weber acreditava que, dependendo das condições e os objetivos da pesquisa, os dois prismas podiam ser empregados. Durante uma investigação, o contexto, o tema em estudo e a perspicácia do sociólogo é que deveria definir a melhor forma de associar os métodos generalizantes e os individualizantes.

processo coloca os fenômenos e os significados das coisas num eterno estado de transformação, tornando-os uma fonte inesgotável para novas abordagens científicas.

Note-se que Weber dedicava grande atenção ao *sentido/motivo* e ao *significado* da ação social. Para ele o *sentido* é a expressão do que é pensado e subjetivo ao agente (sujeito), seja como uma "média" de ações pensadas num conjunto de casos, seja através de um "tipo ideal". Esse *sentido/motivo* é obtido através do resgate da razão e das finalidades que os indivíduos atribuem as suas atividades e as relações que estabelecem com o(s) outro(s). Seguindo a visão weberiana, Bottomore & Nisbet afirmam que, por ser dotado de intelecto, nesses casos o "homem não age simplesmente sob o efeito de um estímulo mecânico, mas porque quer alguma coisa por certas razões. Têm motivos" (BOTTOMORE & NISBET, 1980: 228).

O modelo weberiano descreve a existência de duas formas de se apreender o *significado* de uma ação social. As duas formas são subdivididas em ações de natureza racional e de natureza irracional. A primeira, o *significado direto* do modo racional se dá via observação objetiva, como ocorre numa fórmula matemática, em que se compreende racionalmente o significado imediatamente após o contato; já o *significado direto* do modo irracional se manifesta através reações emocionais (exclamações, gestos, etc.).

A segunda forma de compreender o *significado* é a do tipo *explanatório*, em que há um *motivo*, ligando a ação ao significado dado pelo agente. Esse tipo pode também ser racional (em que o agente compreende uma ação objetiva, ligando-a a outros fatos) ou irracional (quando se sabe a razão de um sorriso ou de uma crise de choro). Na prática, o significado tipo explanatório é percebido como num feixe de sentidos, que torna a ação inteligível e passível de ser interpretada (GIDDENS, 1984: 209). Vale dizer, ainda, que Weber olhava a interpretação dos significados como hipóteses que necessitam ser testadas, principalmente via métodos comparativos ou através da busca de causalidades, encontradas a partir da origem da ação (BLAIKIE, 1996:40).

Embora existam, obviamente, outros fatores importantes para se estudar na conduta humana, somente aqueles que são inteligíveis, isto é, que possam ser *interpretados*, enquadram-se no interesse dos estudos da sociologia weberiana (GIDDENS, 1994: 211). Note-se, por exemplo, que as manifestações coletivas de natureza religiosa, em que surgem manifestações do subconsciente, não representam uma ação social

(GIDDENS, 1984: 213). O desafio do sociólogo é, portanto, buscar as conseqüências determináveis de atos com significados subjetivos, isto é, uma generalização baseada em cálculos, que possam indicar que um ato será seguido de outro. Essa análise poderá partir tanto do indivíduo para o coletivo quanto vice-versa, mas terá sempre a ação social e o seu significado como base de referência.

É bom lembrar que, para Weber, o significado nunca é dado diretamente pelo objeto em estudo (nem é uma qualidade inerente ao mesmo), uma vez que os seres humanos dão significados diferentes às mesmas coisas e os mesmos significados a diferentes coisas (BOTTOMORE & NISBET, 1980:230). Essa postura não significa, porém, uma inclinação ao Relativismo, mas visa, ao contrário, construir modelos racionais da ação social. O cientista social ao adotar as premissas weberianas, trabalha com as ações intencionais, que surgem a partir de motivos ou sentimentos, buscando compreender as causas e efeitos e motivos das ações sociais.

Os motivos, de que falava Weber, podiam ser tanto de origem racional quanto irracional, mas somente os derivados da racionalidade eram considerados possíveis de ser explanados sociologicamente (BLAIKIE, 1993: 39). Ressalte-se que Giddens (1984) acreditava que compreender as motivações, para Weber, significa lidar com causas racionais e irracionais, ou com vários motivos conflitivos (embora o pesquisador deva tentar reduzir, ao máximo, os componentes não lógicos do seu estudo).

Contudo, como o método sociológico weberiano não possui um caráter experimental é necessário efetuar sempre uma interpretação, baseada em comparações, análises avaliativas e referência à valores. Para isso, o rigor é peça chave na estratégia weberiana, pois o que se deseja é alcançar maior objetividade e certeza na investigação (mesmo que a realidade da ação humana seja sempre subjetiva).

Vale dizer, também, que o sentido e o significado das coisas, que interessam na ação social, são aqueles concretizados pelo indivíduo. Para Weber, o indivíduo é "o ponto de partida da análise sociológica" (CONH apud SELL, 2002), mesmo para quem esteja (como ele) preocupado em compreender o funcionamento das instituições coletivas. Essa conduta não indicava, entretanto, que o autor alemão se interessasse pelos estudos de natureza psicológica, nem mesmo os relacionados à psicologia generalizante do indivíduo. Seu olhar esteve sempre voltado ao estabelecimento de uma conexão de sentido nas ações sociais. Como não acreditava na teses da psicologia

social, enquanto instrumento para explicar a realidade social, Weber argumentava que a sociologia devia procurar as generalizações, embora estas sejam sempre de natureza diferente daquelas buscadas pelas ciências naturais. As teses do sociólogo deviam, dizia ele, ser submetidas aos "usos da lógica ordinária, não à espontaneidade da experiência psicológica direta" (BOTTOMORE & NISBET, 1980: 229). Justifica-se desse modo, porquê, nos últimos anos de sua vida, Weber empenhou-se tanto para libertar a sociologia da proposta hierarquizante, que deseja subordiná-la à economia ou à psicologia (FERREIRA, 1995:96).

A teoria de Weber a respeito da ação social é parcialmente questionada por Giddens, na formulação de sua Teoria da Estruturação. O autor inglês contra argumenta Weber, declarando que é preciso levar em conta a dualidade da estrutura, constituída pelo poder de agência (humana) e pelos meios de estruturação (como no exemplo da linguagem) (GIDDENS, 1989: XVII). Ele acrescenta, ainda, que além dos fatores inconscientes, há os que afetam, diretamente, as circunstâncias sociais, o que dificulta a validade da teoria weberiana da autonomia plena do sujeito da ação social. Esses fatores estão, em muitos casos, fora de controle dos agentes da ação social. São fenômenos materiais e sociais, que demonstram que a ação social está condicionada por elementos que o agente pode nem perceber (GIDDENS, 1984). Em outras palavras, a construção imaginativa que os atores sociais fazem da realidade é sempre parcial, constituindo somente um dos elementos, dentre outros, que perfazem a realidade. Assim, ao seguir fielmente as teses interpretativistas, o cientista corre o risco, por assim dizer, de ignorar certos aspectos, que mesmo presentes e influentes no contexto, não são de conhecimento dos atores sociais (REX apud BLAIKIE, 1993:111).

A crítica à teoria weberiana aplica-se, também, em outro sentido. Como os cientistas sociais e os atores podem atribuir importância diferente às estruturas que são de conhecimento mútuo, pode-se indagar se ação social não será afetada por valores atribuídos pelos cientistas sociais, mas que são concorrenciais aos elaborados pelos atores sociais, em suas ações (op. cit., 1993:111). Além do mais, se os fenômenos sociais podem ser influenciados pela própria ação voluntária dos participantes ("fazem acontecer"), a pesquisa poderá chegar a resultados diferentes daqueles que seriam encontrados, caso esse interesse científico não se manifestasse. Esse fenômeno parece estar, muitas vezes, por trás das chamadas profecias auto-realizadoras.

Os críticos da escola interpretativista afirmam, também, que a idéia da motivação, da intenção e da razão - que estaria na base da ação social de Weber - é apenas percebida em situações especiais, nas quais é "solicitado" que agente faça uma reflexão sobre o seu comportamento. Durante as atividades cotidianas, que predominam na rotina da atividade social, as condutas se dão sem um monitoramento auto-reflexivo (GIDDENS apud BLAIKIE, 1993:111). Isso complica a tomada de decisão, baseada em condutas autoconduzidas, pois estas estarão sempre relacionadas a um padrão normativo pré-existente, que condiciona o agente. A mesma posição é defendida pela escola Realista, para quem a realidade social é sempre mais ampla do que a linguagem dos atores sociais consegue expressar (BHASKAR apud BLAIKIE, 1993:111).

Afirmou-se anteriormente que Weber não acredita que o conhecimento possa ser um retrato fiel da realidade, já que o real é mundo amplo e infinito. Como o conhecimento da realidade é parcial e fragmentado, o que o pesquisador consegue obter em sua investigação é apenas uma compreensão aproximativa da realidade. Partindo destas premissas, ele adaptou o conceito dos "tipos ideais" (ou puros), que já era empregado pelo neokantista Rickert e outros pesquisadores de sua época.

Pode-se encontrar ao longo da obra weberiana conceitos como "capitalismo", "carismático", "dominação", "empresário", etc., que exemplificam sua idéia de tipos ideais. Neste sentido, Weber queria apenas mostrar o que é específico da realidade concreta, pois, assim como os neokantianos, o autor não acreditava no saber completo, acabado e verdadeiro.

Ressalte-se que apesar dos conceitos apresentarem sempre um caráter transitório, é somente através deles que o cientista poderia formular corretamente as perguntas necessárias para organizar uma pesquisa empírica.

Weber assinalava que vários tipos-ideais podem ser empregados em combinação, pois a história é um fluxo contínuo, em que os tipos-puros servem como pontos de referência. Por outro lado, ele reconhecia que, além dos tipos-puros, os *tipos-médios* ou descritivos podiam ser também utilizados na área das ciências sociais, atuando como um resumo de características, normalmente de cunho estatístico. É interessante observar também que autor alemão via como plenamente possível a transformação de um conceito descritivo para um do tipo-ideal. Giddens descreve um exemplo dessa

metamorfose, empregando-a junto a noção de "troca", base primitiva de todas as experiências monetárias e da teoria marginal:

Trata-se de um conceito descritivo, na medida em que nos limitamos a observar que um número indefinido de ações humanas pode ser classificado como transações de troca. Se tentarmos, porém, tornar essa noção um elemento da teoria econômica da utilidade marginal, estamos a elaborar um tipo ideal de "troca", baseado numa construção puramente racional (GIDDENS, 1984:202-203).

Julien Freund entende que o tipo ideal de Weber representa uma estrutura lógica diante da diversidade do real. Freund afirma que o tipo ideal weberiano não é um retrato da realidade ou uma verdade do real, mas, ao contrário, um meio para que o pesquisador possa melhor entender intelectualmente e cientificamente o problema, embora de maneira fragmentária. Diz:

"[...] ele consiste em uma representação ideal e conseqüente de uma totalidade histórica singular, obtida por meio de racionalidade utópica e de aceitação unilateral dos traços característicos e originais, para dar uma significação coerente e rigorosa ao que aparece como confuso e caótico em nossa experiência puramente existencial" (FREUND, 1987:51).

Weber concebia os tipos ideais como instrumentos que o pesquisador utiliza arbitrariamente e que pode descartar quando não lhe for mais útil. O pesquisador pode, quando achar necessário, construir outros tipos ideais mais apropriados para a pesquisa. Assim, eles podem ser tanto instrumentos úteis como descartáveis. Esta utilidade, ou inutilidade, que pode ter os tipos ideais revela a concepção weberiana de ciência. Como a sociedade moderna coloca sempre problemas novos ao cientista, o conhecimento progride à medida que estes conceitos são substituídos por outros, que sejam capazes de explicar melhor a realidade social.

Em síntese, o tipo ideal não é um fim em si mesmo, mas um meio, ou seja, um recurso pelo qual os fenômenos culturais podem ser medidos, ou comparados, em termos de sua eficácia, visando ampliar os conhecimentos em torno das relações sociais, das condições causais e da significação. Max Weber via que a definição genérica de um conceito como um quadro de pensamento que se estabelece através de um tipo-ideal. Os conceitos genéricos "são imagens sobre as quais construímos relações, pela

utilização da categoria da possibilidade objetiva, que a nossa *imaginação*, formada e orientada segundo a realidade, *julga* adequadas” (WEBER, 1991:53). Portanto, para a sociologia weberiana o emprego do conceito de tipo-ideal é tão vasto, que este acaba sendo visto como o principal “método” da pesquisa sociológica.

Durkheim também se ocupou em definir um objeto próprio para a sociologia, isto é, tratou de construir teorias para estudar as condutas humanas, separando o reino psicológico do reino social. É nas *Regras do método sociológico*, sua primeira obra exclusivamente metodológica, que ele procurou definir o objeto e o método de estudo da sociologia. Assim, a sociologia durkheimiana é a ciência que vai estudar os fatos sociais. O seu método é a observação e a experimentação, que se dará a partir da análise comparativa. Ao tratar os fatos sociais como “coisas”, ele queria mostrar que o cientista precisa romper com qualquer “pré-noção”, ou seja, que não basta seguir as intuições e os desejos. Segundo Durkheim, tratar os fatos sociais de maneira científica pode surpreender o investigador:

“É necessário que, ao penetrar no mundo social, tenha ele consciência de que penetra no desconhecido; é necessário que se sinta em presença de fatos cujas leis são tão desconhecidas quanto o eram as da existência antes da constituição da biologia; é preciso que se mantenha pronto a fazer descobertas que hão de surpreendê-lo e desconcentrá-lo” (DURKHEIM,1984, Prefácio da Segunda Edição).

Com isso, o autor francês queria afirmar que a sociedade tem existência objetiva. Pois ao declarar que os fatos sociais são como “coisas” ele estava dizendo que a sociedade independe da vontade individual.

Vale dizer que na ótica de Durkheim a sociedade é um fenômeno moral, ou seja, um “conjunto de idéias”, um grande organismo vivo com seus órgãos e funções, “...é o habitat de uma vida moral”, diz. Assim, a maneira dos indivíduos viver, agir, sentir, crer, pensar, conceber o mundo, formam uma “consciência moral coletiva”. Pode-se encontrar esta “consciência coletiva ou comum” na religião, na divisão do trabalho, nos códigos legais, etc. Segundo Steven Lukes, Durkheim desejava saber por quê os indivíduos vivem juntos, sofrem coerção, como as crenças e sentimentos penetram na vida dos grupos sociais, como mudam e como são mantidos ou desaparecem (LUKES, 1977:17).

Foi assim, que Durkheim definiu a sociologia como a ciência que estuda os fatos sociais, ou seja, a forma de conduta dos indivíduos, que exercem sobre ele coerção exterior e independe da sua vontade.

Mas o que o autor francês quis dizer quando os fatos sociais deveriam ser tratados como "coisas"? Durkheim define "coisas" por:

"[...] todo objeto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender senão sob condição de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos" (DURKHEIM, 1984, Prefácio da Segunda Edição).

Ao tratar os fatos sociais como coisas, ou seja, realidades que poderiam ser estudadas por experimentação e observação, ele se mantinha mais uma vez fiel aos ideários positivistas, que reconhecia apenas como científico o conhecimento que fosse empírico e lógico (HUGHES, 1983:30).

Para exemplificar a proposta de Durkheim nesse ponto é interessante destacar a metodologia e o trabalho empírico na sua obra *Suicídio*. O fenômeno do suicídio, na sociedade industrial do século XIX, foi um fato social que despertou sua atenção. Ele queria saber porquê as taxas de suicídio apresentavam padrões tão diferentes, quando se comparavam regiões geográficas, religiões, número de filhos, etc. Para desenvolver sua investigação ele partiu da tese que o suicídio é um fato social e que, portanto, deveria ser explicável através de outro fato social. Com o apoio da estatística e do método comparativo, o sociólogo francês percebeu que esta variação estava diretamente relacionada com o grau de integração. Assim, quando maior era o grau de integração do indivíduo numa comunidade ou grupo familiar menor era os índices de suicídio. Daí, Durkheim concluiu que o fenômeno não possuía uma origem exclusivamente psicológica, mas também sociológica, isto é, ele podia ser compreendido a partir de outros fatos sociais como a religião, situações econômicas, etc ⁶.

⁶ É interessante considerar as ressalvas que Giddens fez em seu livro *As idéias de Durkheim*, quando coloca a ausência, na obra *Suicídio*, do debate sobre a utilidade e a confiabilidade das estatísticas oficiais.

Ao designar os fatos sociais, Durkheim estava empregando-os em quatro sentidos, a saber: a) são fenômenos com características que são independentes do observador; b) podem ser compreendidos somente com investigação empírica; c) independem da vontade do indivíduo; d) podem ser estudadas somente através da observação externa, como por exemplo, pelo uso de indicadores estatísticos.

Além disso, os fatos sociais possuem, segundo Durkheim, as seguintes características: a) são externos ao ser humano, isto é, existem “fora das consciências individuais”; b) são dotados de um poder imperativo e coercitivo, pois os indivíduos têm de, queiram ou não, obedecer determinadas regras de conduta moral, religiosa, cívica. Nas palavras de Durkheim, “se impõem modos de agir, pensar e de sentir” aos indivíduos.

3. A sociologia positivista e o mito da neutralidade.

Já se ressaltou aqui a forte influência do positivismo na sociologia de Durkheim. Sabe-se, por outro lado, que Max Weber não se alimentou desta mesma fonte. Contudo, é possível perceber que existe uma certa convergência entre as idéias de Weber e a sociologia (neo) positivista de Durkheim. Michael Lowy é um dos autores que acredita nessa aproximação. Para ele, esta relação se dá no “postulado da neutralidade axiológica das ciências sociais”. Basta pensar que a sociologia do conhecimento de Weber fundamenta-se no desprendimento do cientista dos juízos de valor (“axiologicamente neutro”), embora isto não queira dizer que a investigação científica esteja livre de valores. Ou seja, apesar dos valores determinarem as questões da pesquisa, as respostas ou o conhecimento produzido devem estar sempre livres de qualquer pressuposto valorativo. Veja o que ele escreve:

“Uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que deve fazer, só lhe é dado – em certas circunstâncias – o que quer fazer. É verdade que, no setor das nossas atividades científicas, continuamente são introduzidas elementos de cosmovisão das pessoas, bem como na argumentação científica” (WEBER,

Giddens assinala que o pensador francês foi bastante confiante com relação ao uso da estatística na sua pesquisa. Giddens questiona se as informações sobre as mortes por suicídio espelhavam a realidade, uma vez que as comunidades mais integradas podem ocultar estes dados. Além do mais, Giddens pensa que uma taxa de suicídio é muito mais do que número de um atentado contra sua própria vida. Giddens diz ainda que a taxa de suicídio é “um fato social em si mesmo, conseqüência de um conjunto complexo de eventos que envolvem numerosos atores sociais: parentes, amigos, médicos, políticos, magistrados encarregados de investigação dos casos de morte, etc. Esses fenômenos não podem ser estudados por

1991:111).

O autor alemão reconhecia que o objetivo da pesquisa social sofre influência valorativa, mas ela precisa, para ter validade, obedecer as regras mais rígidas da pesquisa científica. É somente assim que o conhecimento científico pode ser reconhecido como conhecimento válido. Em outras palavras, dois pesquisadores ao escolher o seu objeto de estudo e adotarem determinado procedimento metodológico deverão chegar aos mesmos resultados. Em seu escrito *A objetividade do conhecimento da ciência social e na ciência política* diz: "na esfera das ciências sociais uma demonstração científica, metodologicamente correta, que pretende ter atingido seu objetivo, deve poder ser reconhecida como exata da mesma maneira por um chinês" (WEBER, 1991:11). Lowy chama atenção aos leitores de Weber que não se pode misturar valores, constatações e julgamentos na pesquisa científica, pois se estaria distorcendo os fatos objetivos, muito embora, como o próprio Weber reconhecia, existir dificuldade neste desligamento entre o pesquisador e o seu objeto de pesquisa. Aliás, este tem sido um dos pontos de maior questionamento da teoria weberiana de ciência. Isto é, por acreditar na "neutralidade axiológica" Weber, embora reconhecesse a influencia dos valores, não admitia que os resultados da pesquisa estivessem inevitavelmente contaminados por eles.

Por outro lado, Weber, em sua obra *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*, refuta a idéia de que a ciência possa engendrar "concepções de mundo". "Acreditamos que uma ciência experimental nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas e idéias de caráter imperativo, dos quais pudessem deduzir-se algumas receitas para a práxis" (WEBER, 1991:5). Para ele as "visões de mundo" não podem conduzir o "conhecimento empírico". Isso não quer dizer que Weber estava alheio aos problemas de seu tempo. Veja o que ele diz: "Uma ciência empírica não está apta a ensinar a ninguém aquilo que "deve", mais sim e apenas o que "pode" e, em certas circunstâncias, o que "quer" fazer" (Ibid.:7).

A idéia de "objetividade do conhecimento" que Max Weber buscava foi, segundo Gabriel Gohn, uma problemática não resolvida por ele. Weber sabia da dificuldade que

meio de estatísticas de suicídio, porque estão envolvidos na própria criação das estatísticas" (GIDDENS, 1978:87).

a ciência social costuma enfrentar devido as "concepções pessoais de mundo". Os juízos de valor acabam interferindo nos argumentos científicos. Para Weber o objetivo do conhecimento era "ordenação racional da realidade empírica", ou seja, não apenas registrar "dados" mas mostrar a realidade como é e não como se desejaria que fosse:

"Emitir um juízo sobre a validade de tais valores é uma questão de fé e, provavelmente, tarefa do pensamento especulativo e interpretação do sentido da vida e do mundo. Mas certamente não é objetivo de uma ciência empírica no sentido em que aqui pretendemos praticá-la" (Ibid.: 8).

Melhor dizendo, Weber concebe a ciência como um espelho da realidade específica, na qual o pesquisador está a procura da verdade. Esta realidade empírica, ao qual o pesquisador se ocupa terá, diz ele, a mesma validade em qualquer lugar do mundo.

Mas afinal, é possível haver neutralidade científica e objetividade na pesquisa social? Para os sociólogos de linha positivista, conforme frisa Thiollent, a resposta para as duas questões é sim. Como estes seguem o modelo adotado pelas ciências naturais - que aposta na observação quantitativa e na indução para elaborar as teorias - a partir da coleta de dados se pode chegar ao conhecimento pleno e sem vícios valorativos. Já os sociólogos de linha "compreensiva", como Weber, a resposta é não. Embora acreditem na objetividade do conhecimento, para Weber, seguindo a inspiração kantiana, a sociologia não tem como se desligar da questão dos valores na pesquisa como supõem à maneira positivista.

Weber insistia que o investigador deve deixar sempre claro quando suas afirmações advêm de uma pesquisa lógica, de cunho científico (de acordo com sua visão de ciência), e quando ela representa uma convicção pessoal ou fruto de um ideal. O caminho da neutralidade científica pressupõe que o cientista adquira uma consciência clara dos seus ideais. Para Weber é necessário, até mesmo, cuidado no uso de palavras ou conceitos que contenham conotações ideologizantes ou valorativas, pois a objetividade da ciência será somente alcançada através da imparcialidade moral. Vale dizer, além disso, que a sua fixação pela síntese era encarada como resultado da busca por essa racionalidade do conhecimento. É bom lembrar, contudo, que a preferência pela neutralidade científica não significava que Weber desconhecêsse o fato de que as

premissas da ciência estão sempre baseadas em ideais que não podem ser comprovados (GIDDENS, 1984:196).

Além do mais, para Weber a ciência pode fornecer outros instrumentos úteis à sociedade e ao pesquisador, tais como: conhecimento técnico - que permite antever e planejar as situações de vida; métodos de pensamento e um rigor - que contribuem para clarear diferentes posições e ajudam nas decisões (que será sempre pautada por outros fatores racionais e irracionais). Ela pode indicar, ainda, o "significado" de alguma posição, ou seja, o que determinada posição pode representar no contexto (WEBER, 2002: 52,53).

Michael Lowy defende que o calcanhar-de-aquiles da teoria do sociólogo alemão é acreditar que o pesquisador social possa definir questões em sua pesquisa e chegar assim a respostas universalmente aceitas e reconhecidas, sem passar pelo campo ideológico ou valorativo. Em outras palavras, é preciso entender que o cientista, ao escolher este ou aquele objeto de estudo, este ou aquele procedimento metodológico ou definir esta ou aquela questão da pesquisa, já está fazendo opções, ou seja, já está tomando posições e chegando a interpretações que são influenciadas pelo meio em que vive. De fato, como se pode imaginar que o cientista abandone sua concepção de mundo e não sofra qualquer influência do meio social? Parece que Weber ficou devendo esta resposta, embora reconhecesse o papel íntimo da relação de valores com o pesquisador. Para isso, basta pensar no que ele definia como sendo importante (ou não) na formulação de sua problemática da pesquisa. Veja o que Weber afirmava:

"É verdade que no campo de nossa disciplina as concepções pessoais de mundo intervêm habitualmente sem cessar na argumentação científica, perturbam-na permanentemente, levando a avaliar diversamente o peso desta argumentação, inclusive na esfera da descoberta das relações causais simples, segundo o resultado aumente ou diminui as chances dos ideais pessoais, o que vale dizer, a possibilidade de querer uma coisa determinada. Com esta afirmação, os editores e os colaboradores desta revista não se julgarão certamente 'estranhos ao que é humano'" (WEBER, 1991:43).

Portanto, para Weber os valores morais e políticos do investigador precisam ser sempre devidamente "identificados" e tratados apropriadamente, sejam eles favoráveis sejam eles contrários aos objetivos do grupo pesquisado. Assim, colocar-se numa

posição de "neutralidade" pode sempre representar uma tarefa de difícil execução. Mas, era, justamente, essa isenção de conduta, o que Weber cobrava dos cientistas.

Pode-se questionar o alcance dessa posição de Weber. É preciso reconhecer, como assinala a "dupla hermenêutica", que uma (pretensa) posição de neutralidade do pesquisador é, quando menos, complexa. Como já assinalado em outro tópico, a influência do investigador sobre o objeto pode ocorrer sob diversas formas. A presença de elementos presentes no inconsciente do pesquisador e do agente em questão, a força de elementos estruturais, como a linguagem, representam alguns exemplos de fatores capazes de alterar o resultado de uma investigação, a qualquer tempo. Portanto, durante uma investigação sociológica, essas influências precisam estar coerentemente "mapeadas", o que torna necessário o emprego de modelos e estratégias de pesquisa, que estejam devidamente ajustados com esses propósitos.*

A sociologia de Durkheim, assim como a de seu inspirador – Comte, é considerado por Michael Lowy como conservador não somente por fatores políticos e sociais, mas "na sua própria concepção do método". O próprio Durkheim em seu livro *As regras do método sociológico* afirmava que seu método "não tem nada de revolucionário. Ele é até, em um certo sentido, essencialmente conservador, já que considera os fatos sociais como coisas cuja natureza, por mais flexível e mais maleável que seja, não é, porém, modificável pela vontade" (DURKHEIM, 1984:7).

O método durkheimiano, diz Lowy, acaba legitimando, a partir da concepção fundamentada nas ciências naturais, a nova ordem social burguesa. Diz:

"Este conservadorismo fundamental, inerente a toda démarche metodológico de Durkheim, pode ser considerado tanto com o 'racionalismo individualista' como o 'autoritarismo', tanto o liberalismo com o tradicionalismo, ou ainda com uma combinação *sui generis* dos dois (que é provavelmente a característica central do pensamento político de Durkheim)" (LOWY, 1994:30).

Lowy critica o método positivista do autor das *Regras* por não acreditar que o cientista social possa se colocar no mesmo "estado de espírito" de um físico, fisiólogo como queria Durkheim, pois o objeto de estudo da sociedade é diferente. Na sociedade encontramos os conflitos sociais, políticos, as contradições e ideologias que não se

encontra nas ciências naturais. Certamente que Durkheim, assim como Weber, acreditava que o pesquisador pudesse afastar-se de suas concepções de mundo (ideologias), se calar diante de suas paixões e se isentar de seus “preconceitos”. Para Lowy, esta neutralidade ou imparcialidade científica na sociologia é ilusória. Afirma:

“Ele (Durkheim) não compreende que estas ‘preconcepções’, isto é, as ideologias ou visões de mundo são como o daltonismo ou como as doenças de olhos que reduzem o campo visual (glaucomas) – parte integrante da visão, elemento constitutivo do ponto de vista” (LOWY,1994:31).

Todavia, as críticas de Lowy às posições durkheimianas tornam-se injustas quando aquele autor afirma que o autor francês estabelece suas “análises fundadas sobre premissas político-sociais tendenciosas e ligadas ao ponto de vista e à visão social de grupos sociais determinantes (ibid., 32). Em primeiro lugar, a sociologia de Durkheim era fruto de uma ampla e diversificada pesquisa e que apontava em várias direções. Assim, a sua preocupação investigativa e trabalhos direcionado ao mais variados temas permitem afirmar que as análises e teses de Durkheim não eram “tendenciosas” e nem estavam atreladas a este ou aquele grupo. Sabe-se que a sociologia de Durkheim ignorou o problema do conflito social, mas isso não quer dizer que suas obras estivessem a serviço de algum agrupamento social. Em segundo lugar, o sociólogo francês foi, como bem lembra Giddens, um intelectual bastante preocupado com os conflitos sociais da sociedade européia de sua época. É verdade que ele via os conflitos sociais de seu tempo entre indivíduos e não entre grupos ou classes lutando por seus interesses. Para Durkheim, a sociedade industrial da Europa do século XIX não revelava o aparecimento de novas classes em conflito. O que estava ocorrendo nesta época era um processo de transição da *solidariedade mecânica* para a *solidariedade orgânica*. Daí, que este momento de aparente conflito social expressava uma situação ainda inacabada da solidariedade orgânica. A sociedade de sua época vivia num estado *anômico*, ou seja, ainda não consolidara a nova ordem social moral. Portanto, Durkheim esperava uma evolução moral da indústria para superar a *anomia*. Acreditava que na solidariedade orgânica a justiça social e a igualdade de oportunidades iriam constituir a nova ordem moral e superar as contradições sociais existente⁷.

⁷ Giddens supõe que a “desigualdade externa” ao qual Durkheim fala poderá ser superada pela

Poderia-se citar outro exemplo, que também revela as preocupações político-sociais de Durkheim. Em seu livro *A divisão do trabalho social* ele diz que à medida que a sociedade caminha para formas de organização social mais complexas, a solidariedade mecânica tende a ser enfraquecer devido a intensificação da divisão do trabalho. Isso mostra, segundo Durkheim, que estamos caminhando para uma sociedade melhor, em que a solidariedade orgânica já se faz presente. Ora, isso é mais um exemplo do engajamento político e a preocupação social do autor francês com a mudança e a emancipação humana.

Durkheim admitia que seu método era "conservador", já que os fatos sociais eram difíceis de serem modificados. Todavia ele não estava imaginando que estes estavam imunes às transformações. Durkheim é, aliás, visto como um "evolucionista", por defender que a sociedade seria cada vez mais justa e o indivíduo alcançaria sua "felicidade", a partir de "um sentimento de solidariedade", que viria conjuntamente com uma "nova ordem moral".

Vê-se que tanto Weber como Durkheim convergiam para uma sociologia positivista de observação científica objetiva, ou seja, de interpretação rigorosa dos fenômenos sociais. Eles acreditavam que somente desta forma é que a sociologia terá valor como saber científico e tornar-se-á respeitada. Ela precisa ser objetiva, daí não pode estar contaminada pelas emoções, crenças, desejos ou valores do observador. Como já se afirmou anteriormente, a objetividade significa ver e aceitar os fatos como são e não como se desejaria que fossem. Para os positivistas, a objetividade é condição necessária para estudarmos os fenômenos sociais.

A objetividade é um grande desafio para o pesquisador, já que seu objeto de estudo é o meio social, e os fatos sociais influenciarão sua pesquisa e sua análise. Assim, é preciso reconhecer, como assinala a "dupla hermenêutica", que uma (pretensa) posição de neutralidade do pesquisador é, quando menos, complexa. Ou seja, no mesmo momento em que investiga a realidade, o observador estará sendo influenciado

solidariedade orgânica que conduziria a uma sociedade sem classes, onde o conceito de "classe" perderia sentido. Diz Giddens: "a ordem social madura, tal como a encara Durkheim há de ser lateral e hierarquicamente diferenciada; afinal de contas, sua base é a divisão diferenciada do trabalho. Mais será uma sociedade justa no sentido de que nela prevalecerá a igualdade de oportunidades" (GIDDENS, 1978:22).

e exercerá influência sobre o objeto. A influência do investigador sobre o objeto pode ocorrer, alias, sob diversas formas. A presença de elementos presentes no inconsciente do pesquisador e do agente em questão, além de força de elementos estruturais, como a linguagem, é capaz de alterar o resultado de uma investigação, a qualquer tempo.

Finalmente, quando se ressalta a dificuldade para o sociólogo colocar-se numa posição de neutralidade, não se está afirmando que a objetividade não seja importante, pois ela é condição básica para o entendimento dos fenômenos sociais. Entende-se apenas que por detrás desta suposta imparcialidade podem estar escondidos interesses políticos ou de grupos que colocam a ciência a seu serviço. Assim, a neutralidade é incompatível com o conhecimento científico.

4. Conclusão

Foi possível reter, a partir desse breve estudo, que Weber conseguiu lançar novas luzes sobre a teoria social e a epistemologia em voga em sua época, até então bastante influenciadas pelos princípios experimentais advindos das ciências naturais. Seus conhecimentos revelaram-se oportunos aos que desejavam se desvencilhar dos impasses metodológicos da teoria positivista, bem como das amarras trazidas pelo "materialismo histórico", e que tanto marcaram o pensamento social do século XX. Apesar de sua lucidez teórica e grande capacidade de reunir informações de variadas fontes, Weber não elaborou uma metodologia "fechada", com a pretensão de ser suficientemente completa (nem era esse a sua proposta) para interpretar a complexidade do mundo social contemporâneo. Entretanto, isso não invalida o emprego atual de suas recomendações epistemológicas, nem impede o uso de várias "ferramentas" de pesquisa, por ele criado ou divulgado, (como é caso do conceito do tipo-ideal).

Ao detalhar sua teoria da ação social, Weber demonstrou conhecer as dificuldades de se eliminar os fatores inconscientes e irracionais que condicionam as atividades humanas. Para reduzir esse tipo de interferência, ele apregoava uma grande dose de autovigilância ao pesquisador. Tal cuidado auxiliaria a identificação e controle dos elementos externos à investigação. Contudo, diversas pesquisas sobre a teoria sociais, efetuadas durante todo o século passado, demonstraram que os fenômenos sociais se apresentam via uma complexidade maior do que a imaginada pela teoria weberiana.

Torna-se difícil analisar as causas, os motivos, os significados, as relações e outros fatores ligados à ação social, somente a partir do "olhar" dos atores e da racionalidade do pesquisador, sem levar em conta a interferência de outros elementos, que embora decisivos socialmente são, muitas vezes, imponderáveis.

Fica, portanto, claro que ao empregar os recursos metodológicos e as estratégias de pesquisa ligadas ao interpretativismo weberiano é preciso agregar recomendações e cuidados levantados por alguns de seus críticos e seguidores. É importante, por exemplo, levar em conta o peso da estruturas que atuam no meio social em questão, bem como não superestimar a capacidade do investigador de controlar seus juízos de valor. Parece distante do razoável imaginar, também, que o pesquisador possa neutralizar, de forma totalmente segura, as interferências advindas do inconsciente ou de fatores não totalmente claros ao entendimento racional, mas que podem exercer influência decisiva, tanto no sujeito quanto sobre o objeto. Durante uma investigação sociológica, essas influências precisam, portanto, estar coerentemente "mapeadas", o que torna necessário a adoção de modelos e de estratégias de pesquisa, devidamente ajustados a esses propósitos.

A questão metodológica foi o diferencial marcante no trabalho destes dois autores. Vimos que enquanto um estava preocupado em criar "leis" sociais, o outro buscava interpretar as especificidades da vida social. Contudo, o que é comum neles é sua concepção de ciência, ou seja, a ciência enquanto conhecimento válido, preciso, que se apoia na observação, no empirismo, na experimentação e no método rigoroso que caracterizará uma pesquisa social como verdadeiramente "científica".

Durkheim e Weber deixaram como lição que o cientista social está diante de uma dupla condição: o de ser humano e o de cientista. Por um lado ele tem o compromisso com a sociedade e, ao mesmo tempo, com a ética científica. Esta dupla condição é bastante evidente nas ciências sociais, pois o seu objeto de estudo é o social. A sociologia weberiana deu ênfase à ética científica, ou seja, a construção de uma ciência despojada de ideologias ou valores que comprometessem a validade do conhecimento verdadeiramente científico. Já a sociologia durkheimiana reforçou a preocupação em encontrar as soluções para os problemas que afligem a sociedade.

Finalmente, Weber não compartilhou diretamente dos mesmos procedimentos metodológicos das ciências naturais, uma vez que, para ele, o social requer métodos

de investigação próprios. Durkheim, por outro lado, acreditava que esse vínculo era possível, tanto que sua sociologia pode ser classificada como “naturalista” à medida que se apoia na biologia. Mas, indubitavelmente, o mérito de Émile Durkheim foi dar a nova ciência um objeto próprio, ou seja, “os fatos sociais”, e o de Max Weber o rigor científico que a ciência social exige.

5. Bibliografia

ARON, R. ***As Etapas do Pensamento Sociológico***. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BLAIKIE, N. ***Approaches Social Enquiry. Cambridge: Blakwell***. Library of Congress Cataloguing, 1993.

BLAIKIE, N. ***Designing Social Research. The logic of anticipation***. Londres: Polity Press, 2000.

BOTTOMORE, T. & NISBET, R. (eds.). ***História da Análise Sociológica***. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

COHN, G. Weber. ***Sociologia***. São Paulo: Ática, 1982.

DURKHEIM, E. ***As regras do método sociológico***. São Paulo: Ed. Nacional, 1984.

DURKHEIM, E. ***Da divisão do trabalho social***. São Paulo : Martins, 1995.

FERREIRA, J.M. Carvalho. ***Sociologia***. Lisboa: McGraw-Hill, 1995.

FREUND, J. ***Sociologia de Max Weber***. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GIDDENS, A. ***As idéias de Durkheim***. São Paulo: Cultrix, 1978

GIDDENS, A. ***Capitalismo e Moderna Teoria Social***. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

GIDDENS, A. ***A Constituição da Sociedade***. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. ***Política, sociologia e teoria social***. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

GIDDENS, A. ***Em defesa da sociologia. Ensaio, interpretações e trépicas***. São Paulo: UNESP 2001.

GOLDMANN, L. ***Ciências Humanas e Filosofia***. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

HUGHES, J. ***A filosofia da pesquisa social***. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LOWY, M. ***As aventuras de Karl Marx contra o barão de Munchausen***.

Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1994.

LUKES S. "Bases para a interpretação de Durkheim". In: COHN, G (org.). **Sociologia: Para ler os clássicos.** Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1977.

RODRIGUES, J. **Durkheim.Sociologia.** São Paulo: Ática, 1984.

SELL, C. E. **Sociologia Clássica: Durkheim, Weber e Marx.** 2.ed. Itajaí (SC): Ed. Univali, 2002.

TIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1987.

WEBER, M. **Conceitos básicos de sociologia.** São Paulo: Moraes, 1987.

WEBER, M. **Sobre a Teoria das Ciências Sociais.** São Paulo: Moraes, 1991.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** 3. ed. Brasília:UnB, 1994. vol.1.

WEBER, M. **Ciência e Política. Duas Vocações.** São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.